

RELATÓRIO ANUAL 2025

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS



Comissão de
Indústria, Comércio e Serviços



RELATÓRIO ANUAL 2025

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS



Comissão de
Indústria, Comércio e Serviços





Palavra do Presidente

O ano de 2025 colocou à prova a capacidade de reação do Brasil diante de um cenário internacional desafiador. As tarifas aplicadas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros afetaram diretamente nossas exportações e geraram incertezas para milhares de empresas. À frente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, atuamos para que essas dificuldades encontrassem respostas rápidas, responsáveis e alinhadas às necessidades reais do setor produtivo. Um exemplo concreto dessa atuação foi o avanço do PL 3.668/2025, que estabelece medidas emergenciais de apoio às exportadoras prejudicadas pelo tarifaço, com impacto direto na preservação de empregos e na atividade industrial.

Desde o início do ano, buscamos construir soluções ouvindo quem está na linha de frente da economia. Realizamos 11 audiências públicas e um grande seminário nacional intitulado "Ajuste dos Limites de Faturamento do MEI e do Simples Nacional – a atualização econômica e o aperfeiçoamento normativo do regime tributário diferenciado", reunindo especialistas, empresários, representantes do governo, pesquisadores e lideranças de diferentes regiões do país.

Os debates partiram de uma realidade concreta: o Brasil conta hoje com quase 17 milhões de microempreendedores individuais, que movimentam a economia, geram renda e sustentam milhões de famílias. Nesse contexto, a Comissão aprovou a ampliação do limite anual do MEI de 81 mil reais para 150 mil reais, por meio do PLP 67/2025, criando também um mecanismo de reajuste automático. Trata-se de uma mudança estrutural, construída a partir do diálogo com o setor produtivo, que moderniza o ambiente empreendedor e torna o regime mais compatível com a realidade econômica do país.

Além disso, foram discutidos temas decisivos para o desenvolvimento nacional, como as oportunidades nas cadeias de petróleo, gás e energias renováveis, os impactos das tarifas americanas, a consolidação da indústria brasileira de drones e a agenda de sustentabilidade da indústria química. Essas discussões tiveram um objetivo muito claro: aproximar o Parlamento do cotidiano de quem produz, gera emprego e movimenta a economia real.

Nada do que foi entregue em 2025 nasceu apenas dentro de gabinetes. O diálogo permanente, a escuta qualificada e o contato direto com diferentes setores deram consistência e credibilidade ao trabalho legislativo desenvolvido pela Comissão. Esse esforço se traduziu em avanços concretos no Plenário. Ao longo do ano, analisamos 109 matérias voltadas à ampliação do acesso ao crédito, à modernização de instrumentos de financiamento, ao fortalecimento dos micro e pequenos empreendedores, ao estímulo às startups, à segurança jurídica das atividades industriais e ao aperfeiçoamento de áreas essenciais como logística, armazenagem, propriedade industrial e combate ao comércio ilegal.

Encerramos o ano com a convicção de que a Comissão honrou seu papel de ouvir, articular, propor e entregar resultados. Esse desempenho é fruto do trabalho coletivo dos parlamentares que integram a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, que atuaram com seriedade, espírito público e compromisso com o desenvolvimento do país. Soma-se a isso o empenho fundamental dos servidores e das equipes técnicas, cujo profissionalismo, dedicação e competência sustentam o funcionamento da Comissão e a qualidade das decisões tomadas. A todos, deixo meu reconhecimento e agradecimento pelo trabalho responsável e incansável ao longo de 2025. Seguiremos atuando com o mesmo compromisso, buscando soluções que fortaleçam a indústria, estimulem o empreendedorismo e ampliem oportunidades para milhões de brasileiros. O Brasil tem potencial para ir muito mais longe, e a Câmara dos Deputados continuará trabalhando para transformar esse potencial em realidade.

Beto Richa
Presidente



CICS

em números

40h  de atividades



24,4h

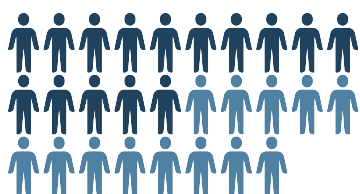
Audiências públicas, seminários, reuniões, entre outras.

15,6h

Votações em Plenário



28 Membros



15 titulares / 13 suplentes



44

Reuniões



11

Audiências Públicas



109

Matérias aprovadas

Presidência



Beto Richa
PSDB/PR
Presidente



Any Ortiz
CIDADANIA/RS
1ª Vice-Presidente



Josenildo
PDT/AP
2º Vice-Presidente



Membros Titulares



Beto Richa
PSDB/PR



Josenildo
PDT/AP



Any Ortiz
Cidadania/RS



Aliel Machado
PV/PR



Amaro Neto
Republicanos/ES



Augusto Coutinho
Republicanos/PE



Gilson Marques
NOVO/SC



Heitor Schuch
PSB/RS



Ivoneide Caetano
PT/BA



Jack Rocha
PT/ES



Jorge Goetten
Republicanos/SC



Josivaldo JP
PSD/MA



Luiz Fernando Vampiro
MDB/SC



Glaustin da Fokus
PODE/GO



Luis Carlos Gomes
Republicanos/RJ



Membros Suplentes



Afonso Motta
PDT/RS



Alexandre Lindenmeyer
PT/RS



Covatti Filho
PP/RS



Daniel Agrobom
PL/GO



Julio Lopes
PP/RJ



Lucas Ramos
PSB/PE



Felipe Carreras
PSB/PE



Luiz Gastão
PSD/CE



Luiz Nishimori
PSD/PR



Mauricio Marcon
PL/RS



Mauricio Neves
PP/SP



Professor Alcides
PL/GO



Vitor Lippi
PSDB/SP



Membros Momentâneos



Bia Kicis
PL/DF



Caio Vianna
PSD/RJ



Delegado Ramagem
PL/RJ



Kim Kataguiri
União/SP



Otto Alencar Filho
PSD/BA



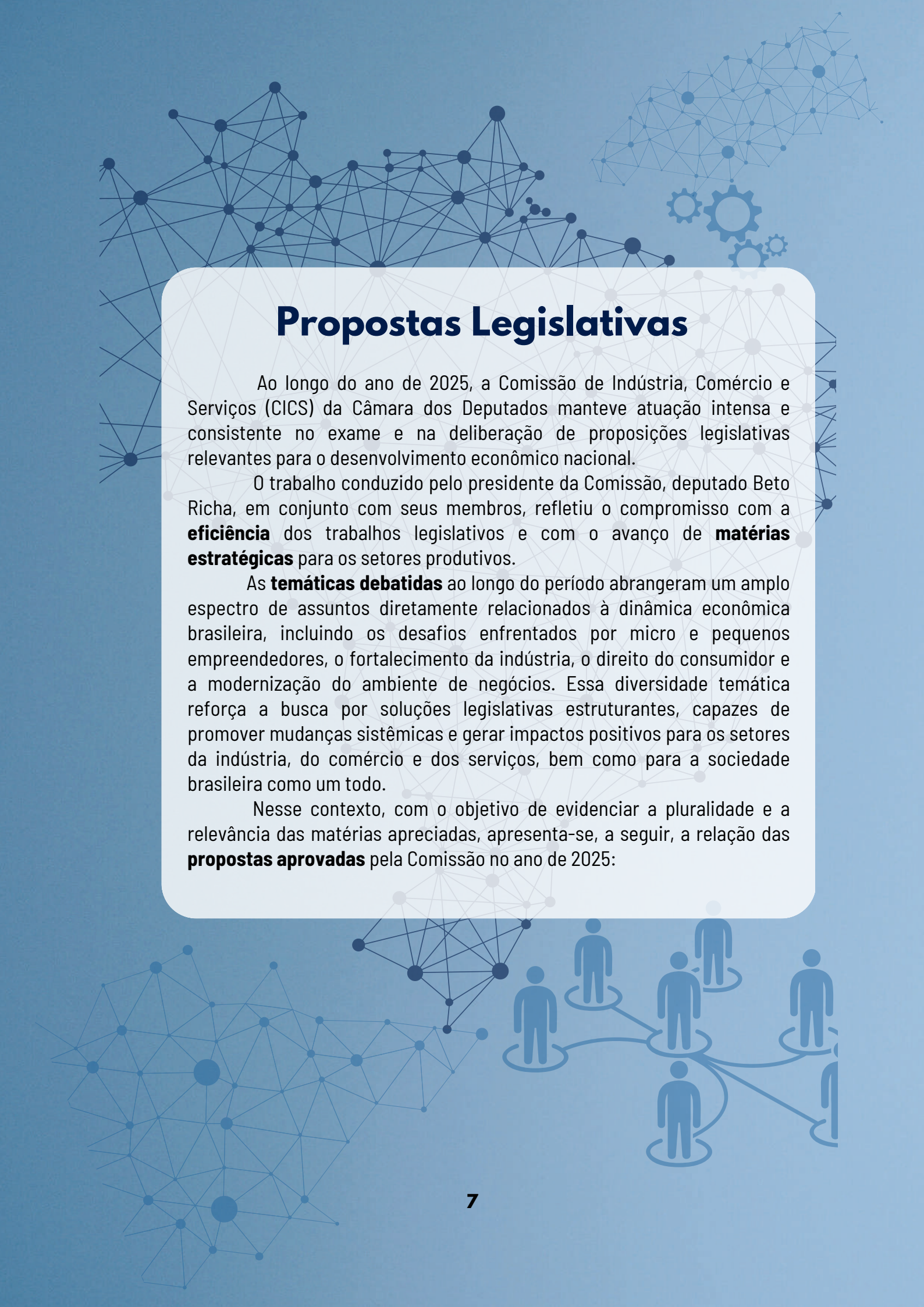
Rodrigo da Zaeli
PL/MT



Samuel Santos
PODE/GO



Zé Adriano
PP/AC



Propostas Legislativas

Ao longo do ano de 2025, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados manteve atuação intensa e consistente no exame e na deliberação de proposições legislativas relevantes para o desenvolvimento econômico nacional.

O trabalho conduzido pelo presidente da Comissão, deputado Beto Richa, em conjunto com seus membros, refletiu o compromisso com a **eficiência** dos trabalhos legislativos e com o avanço de **matérias estratégicas** para os setores produtivos.

As **temáticas debatidas** ao longo do período abrangeram um amplo espectro de assuntos diretamente relacionados à dinâmica econômica brasileira, incluindo os desafios enfrentados por micro e pequenos empreendedores, o fortalecimento da indústria, o direito do consumidor e a modernização do ambiente de negócios. Essa diversidade temática reforça a busca por soluções legislativas estruturantes, capazes de promover mudanças sistêmicas e gerar impactos positivos para os setores da indústria, do comércio e dos serviços, bem como para a sociedade brasileira como um todo.

Nesse contexto, com o objetivo de evidenciar a pluralidade e a relevância das matérias apreciadas, apresenta-se, a seguir, a relação das **propostas aprovadas** pela Comissão no ano de 2025:

PL 1950/2020

Altera a Lei 13.786, de 27 de dezembro de 2018, para dar maior segurança aos adquirentes de unidades autônomas de incorporação imobiliária

Autor:
Alexandre Frota (PROS/SP)
Relator:
Luiz Gastão (PSD/CE)

PL 4250/2024

Dispõe sobre a regulamentação da compra, venda, furto e receptação de fios de cobre; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências

Autor:
Yury do Paredão (MDB/CE)
Relator:
Kim Kataguiri (União/SP)

PL 3757/2020

Dispõe sobre a atividade de operação logística, sobre a emissão de títulos por empresas de armazéns gerais e dá outras providências

Autor:
Hugo Leal (PSD/RJ)
Relator:
Lucas Ramos (PSB/PE)

Projetos Aprovados 2025

PLP 131/2024

Institui a Política de Negociação e Parcelamento de Dívidas Tributárias para Microempreendedores Individuais (MEIs).

Autor:
Clodoaldo Magalhães (PV / PE)
Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PLP 147/2024

Dispõe sobre o enquadramento de startups no Simples Nacional

Autor:
Marangoni (União/SP)
Relator:
Kim Kataguiri (União/SP)

PL 3190/2023

Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, e a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para aprimorar e fomentar o microcrédito e as microfinanças

Autor:
Senado Federal

Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PLP 154/2024

Dispõe sobre a possibilidade de microempresas e empresas de pequeno porte se constituírem como sociedades por ações e sobre a participação de investidor-anjo em seu capital

Autor:
Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Relator:
Professor Alcides (PL/GO)

PLP 226/2024

Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para ampliar o valor da receita bruta para empresas enquadradas como startups

Autor:
Aureo Ribeiro
(Solidariedade/RJ)

Relator:
Kim Kataguirí
(União/SP)

PL 2483/2023

Dispõe sobre a publicação na internet de demonstrações financeiras de sociedades de grande porte

Autor:
Da Vitória (PP/ES) e outros

Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 4447/2024

Institui a Política Brasileira de Capacitação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – PBCSIMPLES

Autora:
Elisângela Araújo (PT/BA)

Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 892/2025

Institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química – PRESIQ e dá outras providências

Autor:
Afonso Motta (PDT/RS)

Relator:
Julio Lopes (PP/RJ)



PL 4998/2024

Criação do Programa Nacional de Linhas de Crédito Empreendedorismo 60+

Autor:
Capitão Augusto (PL/SP)
Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 7817/2017

Proíbe a continuidade do abastecimento de veículos automotores após o acionamento da trava de segurança das bombas de abastecimento

Autor:
Lincoln Portela (PL/MG)
Relator:
Daniel Agrobom (PL/GO)

PL 954/2025

Fixa proibição e institui penalidades para estabelecimentos comerciais, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas que adquirirem, venderem, beneficiarem, (...) oriundos de qualquer empresa pública, concessionária ou empresa privada prestadora de serviço de interesse público que não tenham procedência lícita comprovada

Autor:
Célio Studart (PSD/CE)
Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PLP 21/2025

Dispõe sobre parcelamento especial de débitos federais de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pertencentes ao setor de eventos

Autor:
Rafael Brito (MDB/AL)
Relator:
Luiz Gastão (PSD/CE)

PL 1377/2022

Determina que será beneficiada com os mesmos descontos da Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora cujo titular seja Microempreendedor Individual – MEI

Autor:
Josivaldo JP (PSD/MA)
Relator:
Lucas Ramos (PSB/PE)

PL 4289/2023

Altera a Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021, para prever sua aplicação no caso de Microempreendedor Individual (MEI), e dá outras providências

Autor:
Alberto Fraga (PL/DF)
Relator:
Augusto Coutinho (Republicanos/PE)

PL 5873/2019

Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Autor:
Kim Kataguirí (União/SP)
Relator:
Gilson Marques (NOVO/SC)

PLP 229/2024

Altera a Lei Complementar nº 123/2006, para dispor sobre a aplicação dos Tratados de Não-Contribuição firmados pela República Federativa do Brasil às empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional

Autor:
Otto Alencar Filho (PSD/BA)
Relator:
Beto Richa (PSDB/RS)

PL 1010/2023

Institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC)

Autor:
Pedro Westphalen (PP/RS)

Relator:
Gilson Marques (NOVO/SC)

PL 3683/2024

Oferece livre acesso à água potável e a banheiros em estabelecimentos comerciais por trabalhadores de aplicativos de entrega de alimentos e mercadorias durante o exercício da atividade profissional

Autor:
Erika Kokay (PT/DF)

Relator:
Kim Kataguiri (União/SP)

PLP 102/2025

Aprova o enquadramento de profissionais de eventos entre as atividades que podem ser formalizadas no regime de Microempreendedor Individual (MEI).

Autor:
Bibo Nunes (PL/RS)

Relator:
Daniel Agrobom (PL/GO)

PLP 67/2025

Eleva para R\$ 150.000,00 o limite de receita bruta anual estipulado para possibilitar o enquadramento do empresário individual como Microempreendedor Individual (MEI), estabelece um mecanismo de reajuste anual para o referido limite

Autor:
Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 1094/2025

Obriga estabelecimentos comerciais concederem descontos progressivos para produtos alimentícios, farmacêuticos e de higiene pessoal próximos do vencimento, vendidos por supermercados, farmácias, mercearias e demais estabelecimentos comerciais que comercializem tais itens no território nacional

Autor:
Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 3026/2023

Inclui as empresas com atividades relacionadas a aluguéis de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

Autor:
Max Lemos (PDT/RJ)

Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 3890/2024

Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos produtos de narguilé, arguile, hookah ou shisha no Brasil.

Autor:
Felipe Francischini (União/PR)

Relator:
Gilson Marques (NOVO/SC)

PL 2541/2022

Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.695, de 12 de julho de 2018, para dispor sobre a profissão de corretor de moda.

Autor:
Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 566/2025

Criação do Programa Nacional de Recuperação Econômica para Empresas Vítimas de Crimes Patrimoniais (Pronarec)

Autor:
Luiz Lima (NOVO/RJ)
Relator:
Gilson Marques (NOVO/SC)

PL 2146/2024

Autoriza o poder executivo federal destinar os imóveis de sua propriedade desocupados para fins de moradia e pequenos negócios.

Autor:
Ronaldo Nogueira (Republicanos/RS)
Relator:
Lucas Ramos (PSB/PE)

PL 3675/2024

Confere ao município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, o título de "Capital Nacional da Cerveja Artesanal" e dá outras providências

Autora:
Maria do Rosário (PT/RS)
Relator:
Heitor Schuch (PSB/RS)

PL 446/2025

Dispõe sobre a autorização para produção e comercialização de produtos e serviços KOSHER no território nacional e dá outras providências.

Autor:
Padovani (União/PR)
Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 3375/2024

Equipara a sanção imposta aos crimes contra as marcas às demais penas aplicadas a condutas típicas assemelhadas.

Autor:
Julio Lopes (PP/RJ)
Relator:
Augusto Coutinho (Republicanos/PE)

PLP 138/2022

Permite aos Estados e ao Distrito Federal não exigirem o estorno de créditos de ICMS quando de operações envolvendo insumos e produtos agropecuários.

Autor:
Sergio Souza (MDB/PR)
Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 4507/2024

Institui, para as empresas de grande porte, prazo de 30 dias de pagamento para o fornecimento de produtos ou serviços de microempresas e empresas de pequeno e de médio porte, e dá outras providências

Autor:
Julio Lopes (PP/RJ)
Relator:
Luiz Gastão (PSD/CE)

PL 4409/2024

Dispõe sobre o prazo de pagamento para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações que efetuam com a Administração Pública, e dá outras providências.

Autor:
Helder Salomão (PT/ES)
Relator:
Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)

PL 4918/2024

Reconhece o município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, como a Capital Nacional da Terra do Chocolate.

Autor:
Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Relator:
Daniel Agrobom (PL/GO)

PL 3118/2025

Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento de informações tributárias ao consumidor na exposição à venda de produtos e serviços.

Autor:
Gustavo Gayer (PL/GO)

Relator:
Daniel Agrobom (PL/GO)

PL 3149/2025

Dispõe sobre o tratamento prioritário na análise e abertura do primeiro Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ para jovens entre dezoito e vinte e cinco anos, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública, e institui o Programa Jovem Empreende, de capacitação básica em empreendedorismo.

Autor:
Beto Richa (PSDB/PR)

Relator:
Vitor Lippi (PSDB/SP)

PL 3868/2025

Institui Linha de Crédito Especial em dólar para empresas brasileiras para refinamento e rolagem de adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) para empresas prejudicadas por tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos da América.

Autor:
Lucas Redecker (PSDB/RS)

Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 2524/2025

Institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Capacitação dos Microempreendedores Individuais (PRONATECMEI), cria o Fundo de Fomento à Capacitação do MEI (FUNCAF-MEI), e estabelece outras providências.

Autor:
João Daniel (PT/SE)

Relator:
Ze Adriano (PP/AC)

PL 4451/2024

Dispõe sobre a criação e a emissão de Certificados de Recebíveis Mercantis (CRM), de Letras de Crédito Mercantis (LCM) e do Regime Tributário para Incentivo ao Desenvolvimento das Sociedades de Pequeno e Médio Porte.

Autor:
Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 2600/2019

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar prática abusiva o não fornecimento do troco devido ao consumidor.

Autor:
Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 3534/2025

Dispõe sobre a individualização eletrônica de contas em estabelecimentos de alimentação e dá outras providências.

Autor:
Amom Mandel (Cidadania/AM)

Relator:
Lucas Ramos (PSB/PE)

PL 3742/2025

Altera o art. 49 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para fins de trazer novo disciplinamento aos créditos garantidos por fiador no âmbito da recuperação judicial.

Autor:
Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator:
Lucas Ramos (PSB/PE)

PL 551/2025

Reconhece como de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial, Agronegócios e Serviços de Paraíso do Tocantins - ACIP.

Autor:
Alexandre Guimarães (MDB/TO)

Relator:
Josivaldo Jp (PSD/MA)

PL 575/2025

Disciplina a atividade de comércio ambulante.

Autor:
Duda Ramos (MDB/RR)

Relator:
Gilson Marques (NOVO/SC)

PL 1620/2025

Cria o Selo "Empresa Amiga da Comunidade".

Autor:
Dimas Gadelha (PT/RJ)

Relator:
Josivaldo Jp (PSD/MA)

PL 3668/2025

Estabelece ações emergenciais e temporárias destinadas às empresas exportadoras de setores comprovadamente afetados pela alíquota adicional ad valorem de 40% aplicada sobre as tarifas de 10% que já estavam em vigor para os produtos exportados pelo Brasil aos Estados Unidos da América

Autor:
Adolfo Viana (PSDB/BA)

Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 2747/2025

Autoriza e estabelece diretrizes para criação do Programa de Incentivo ao Empreendedorismo da Pessoa Idosa "Empreender 60+", e dá outras providências.

Autora:
Rogéria Santos (Republicanos/BA)
Relator:
Daniel Agrobom (PL/GO)

PL 4037/2025

Institui o Programa Nacional de Estimulo ao Empreendedorismo de Mães Atípicas (PRONEMA), destinado a promover a inclusão social, a autonomia econômica e o apoio a mães de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou doenças crônicas.

Autor:
Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator:
Beto Richa (PSDB/PR)

PL 605/2021

Proíbe a comercialização e o uso de coleiras que causem choque em animais.

Autor:
Juninho do Pneu (União/RJ)
Relator:
Augusto Coutinho
(Republicanos/PE)

PL 4747/2024

Dispõe sobre o funcionamento de escritórios compartilhados, e dá outras providências.

Autor:
Giovani Cherini (PL/RS)
Relator:
Gilson Marques
(NOVO/SC)

PL 566/2020

Estabelece a necessidade de determinados estabelecimentos possuírem pessoas capacitadas para lidar com crianças autistas.

Autor:
Márcio Labre (PL/RJ)
Relator:
Daniel Agrobom (PL/GO)

PL 2491/2025

Institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), e dá outras providências.

Autor:
Duda Ramos (MDB/RR)
Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 3760/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de certificação de integridade ética para pessoas jurídicas que celebrem contratos com a Administração Pública direta e indireta cujo valor global ultrapasse R\$ 10.000.000,00.

Autor:
Marcos Tavares (PDT/RJ)
Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 2154/2024

Dispõe sobre a presença de médico veterinário nos estabelecimentos comerciais que comercializam medicamentos veterinários e defensivos agrícolas que especifica

Autor:
Sargento Portugal (PODE/RJ)
Relator:
Luiz Gastão (PSD/CE)

PL 320/2022

Dispõe sobre a proibição de prestação de serviços a terceiros, nos hospitais públicos e filantrópicos, nos casos que especifica

Autor:
Marcelo Brum (Republicanos/RS)
Relator:
Amaro Neto (Republicanos/ES)

Projetos Rejeitados 2025

PL 4042/2024

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que "Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", para fins de dispor sobre a patente em biotecnologia transgênica

Autora:
Marussa Boldrin (MDB/GO)
Relator:
Vitor Lippi (PSDB/SP)

PLP 75/2025

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incentivar as sociedades profissionais que prestam serviços e que tenham mulheres como sócias em um percentual mínimo de 20% do capital social, em número não inferior a duas

Autor:
Nicoletti (União/RR)
Relator:
Josenildo (PDT/AP)

PL 5191/2013

Propõe regulamentar a produção de cerveja artesanal, incluindo registro, exigências sanitárias e fiscalização

Autor:
Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC)
Relator:
Gilson Marques (NOVO/SC)

PL 3037/2024

Dispõe sobre a certificação obrigatória para a comercialização de produtos eletrônicos recondicionados no País

Autor:
Fábio Teruel (MDB/SP)
Relator:
Luiz Gastão (PSD/CE)

PL 4211/2024

Dispõe sobre a Proibição de comercialização de motores para embarcações que não possuam sistemas adequados de proteção nos eixos de transmissão ou quaisquer outras partes móveis externas, visando à prevenção de acidentes que possam causar escaldamento ou outras lesões físicas.

Autora:
Sílvia Waiápi (PL/AP)
Relator:
Vitor Lippi (PSDB/SP)

PLP 263/2019

Modifica o Art. 3º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e dá outras providências

Autores:
João Daniel (PT/SE) e outros
Relator:
Zé Adriano (PP/AC)

PL 4344/2019

Dispõe sobre a informação acerca de danos potenciais associados a iluminação domiciliar e industrial.

Autor:
Paulo Bengtson (PTB/BA)
Relator:
Josenildo (PDT/AP)

Audiências Públicas

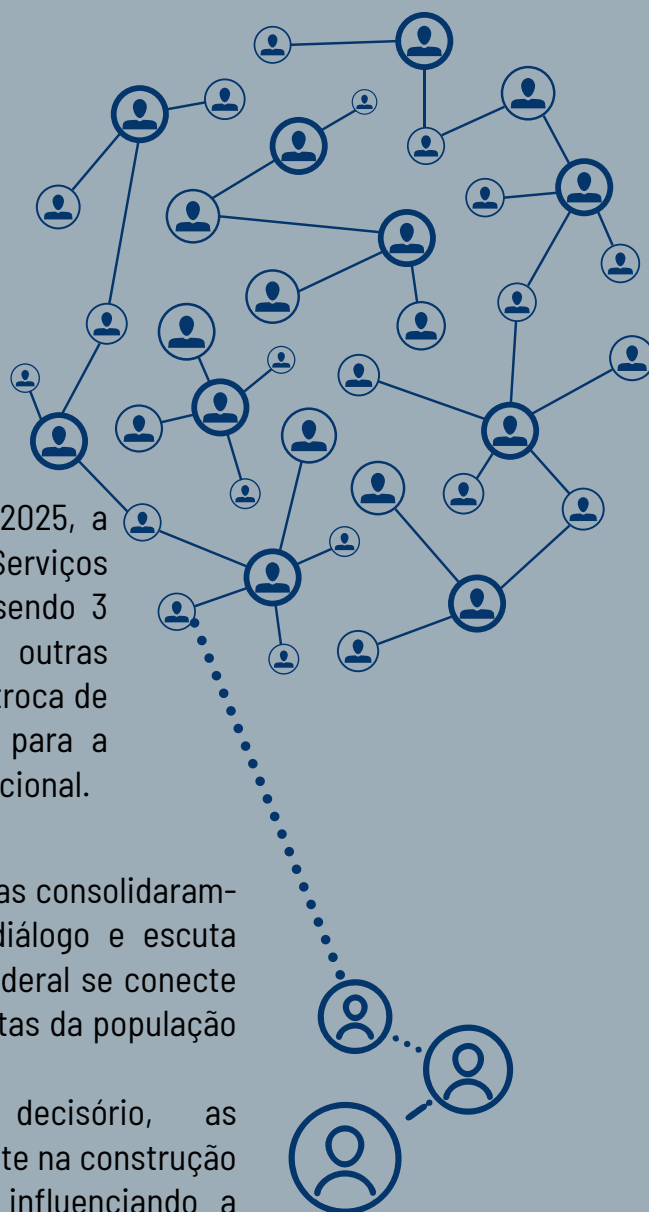
Ao longo dos trabalhos do ano de 2025, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços realizou **11 (onze) audiências públicas**, sendo 3 (três) audiências em conjunto com outras comissões, que propiciaram o debate e a troca de informações sobre temas de relevância para a sociedade em apreciação no Congresso Nacional.

Nesse cenário, as audiências públicas consolidaram-se como um mecanismo essencial de diálogo e escuta social ao permitirem que o Parlamento Federal se conecte de forma mais direta às demandas concretas da população nos estados e municípios.

Além de qualificarem o processo decisório, as audiências públicas exercem papel relevante na construção do posicionamento dos parlamentares, influenciando a formação de entendimentos que orientam as deliberações.

As decisões resultantes desse processo, uma vez convertidas em normas, produzem efeitos diretos no cotidiano da sociedade, reforçando a importância de uma escuta ampla e representativa.

Nesse sentido, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços obteve resultados positivos ao promover essa aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade civil. Por meio das audiências públicas realizadas, foi possível identificar demandas sensíveis e relevantes, articulando-as com as necessidades dos setores industrial, comercial e de serviços. Essa atuação contribuiu para o fortalecimento da participação social, para a conscientização acerca de temas de interesse público e para o aprimoramento das políticas públicas, tornando-as mais eficientes, eficazes e alinhadas às realidades locais da população.



Audiências Públicas Conjuntas

Em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico

Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq)

De autoria do deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE), subscrito na CICS pelos deputados Lucas Ramos (PSB/PE), Luiz Gastão (PSD/CE) e Luiz Fernando Vampiro (MDB/SC), e na Comissão de Desenvolvimento Econômico subscrito pela deputada Antônia Lúcia (Republicanos/AC), a audiência debateu o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq). Esse programa é criado pelo Projeto de Lei 892/25, que está em análise na Câmara. A intenção é modernizar e descarbonizar o setor químico no Brasil.

De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Química, o setor emprega mais de 2 milhões de pessoas, direta e indiretamente, com o dobro da média salarial da indústria de transformação nacional. Além disso, representa 11% do Produto Interno Bruto (PIB) e gera R\$ 30 bilhões em tributos.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Em conjunto com a Comissão de Viação e Transportes

Importância, contexto e desafios para o desenvolvimento da indústria nacional de drones

De autoria do deputado Vitor Lippi (PSDB/SP), na CICS, e do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP), na CVT, subscrito pela deputada Helena Lima (MDB/RR), reuniu representantes do setor e autoridades governamentais que discutiram os desafios para o desenvolvimento da indústria nacional de drones.

Embora o cenário seja promissor, os deputados enumeram alguns pontos que merecem atenção e investimentos, tais como: aprimoramento regulatório, com a simplificação de processos de licenciamento e autorização; criação de um marco legal específico para drones; incentivo à pesquisa e desenvolvimento com apoio às indústrias e startups; ampliação da colaboração entre universidades, indústria e governo; e maior cooperação entre o Brasil e outros países que desenvolvem a indústria de drones.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Audiências Públicas Conjuntas

Em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação

Previsão de cobrança pela utilização dos sistemas operacionais indispensáveis para a implantação da Reforma Tributária

Esta audiência pública foi a junção de diversos requerimentos, foram eles: Requerimento nº 12/2025-CICS, da deputada Any Ortiz (Cidadania/RS), Requerimento nº 5/2025-CFT, do deputado Luiz Carlos Hauly (PODE/PR), subscrito pelos deputados Hildo Rocha (MDB/MA) e Pauderney Avelino (União/AM), Requerimento nº 6/2025-CFT, do deputado Sargento Portugal (PODE/RJ), Requerimento nº 8/2025-CFT, do deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Requerimentos nº 18/2025-CFT e nº 86/2025-CFT, do deputado Luiz Carlos Hauly (PODE/PR), e Requerimento nº 33/2025-CICS, também da deputada Any Ortiz (Cidadania/RS), subscrito pelo deputado Heitor Schuch (PSB/RS).

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



A audiência pública reuniu autoridades da Receita Federal do Brasil, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom), da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo), da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) e da empresa de tecnologia tributária Roit. Eles debateram sobre a possível cobrança pelo uso de sistemas da Reforma Tributária. Segundo os parlamentares, a modernização dos sistemas de informação é essencial para implementar a Reforma Tributária, porém a possibilidade de cobrar pelo uso de automações cria um custo adicional injustificado para os contribuintes.

Audiências Públicas

Concessão do título de Capital Nacional da Louça a Campo Largo/PR



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Por iniciativa do deputado Luiz Nishimori (PSD/PR), subscrito pelo deputado Beto Richa (PSDB/PR), a audiência debateu a importância do PL 2896/2024, que confere ao município de Campo Largo, no estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Louça.

Na audiência pública, estiveram presentes o prefeito de Campo Largo, Maurício Roberto Rivabem, o secretário municipal de desenvolvimento econômico e turismo de Campo Largo, Pedro Parolin Teixeira, o presidente da Câmara Municipal de Campo Largo, Alexandre Marcel Kuster Guimarães, o presidente do Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas de Louça e Porcelana, Pisos e Revestimentos Cerâmicos no Estado do Paraná (Sindilouça-PR) e a jornalista Danielli Artigas de Oliveira Fuck.

Tarifas americanas sobre o aço e o alumínio brasileiros e seus impactos

De autoria da deputada Jack Rocha (PT/ES) a audiência pública debateu as tarifas impostas pelo governo americano sobre o aço e o alumínio brasileiro e quais foram as consequências dessa decisão, além dos futuros impactos.

Em junho, o presidente dos EUA, Donald Trump, dobrou – de 25% para 50% – a taxa cobrada sobre aço e alumínio vindos de outros países. Jack Rocha afirmou que os Estados Unidos são o principal destino das exportações brasileiras de aço, correspondendo a cerca de 55% do valor total. No caso do alumínio, representam 16,8% das exportações brasileiras, movimentando 267 milhões de dólares em 2024.



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Audiências Públicas

Oportunidades para a indústria nacional no setor de energia



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

De autoria do deputado Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), a audiência pública debateu as oportunidades para a indústria nacional a partir do adensamento da cadeia produtiva de petróleo, gás e de outras fontes renováveis de energia.

Segundo o autor, o Brasil reúne vantagens estratégicas para avançar no setor energético, como a abundância de recursos naturais e a capacidade instalada de empresas como a Petrobras, que pode atuar como catalisadora de desenvolvimento industrial e tecnológico.

Lindenmeyer acrescentou que a maior nacionalização de insumos, serviços e tecnologias pode gerar empregos qualificados, fortalecer pequenas e médias empresas e aumentar o valor agregado produzido no país.

Atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional (1/3)



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

De autoria do deputado Julio Lopes (PP/RJ) e da deputada Any Ortiz (Cidadania/RS), subscrito pelos deputados Kim Kataguirí (União/SP) e Luiz Fernando Vampiro (MDB/SC), a audiência pública debateu a necessidade da atualização do Sistema Tributário Simples Nacional, uma vez que está congelado desde 2018 e com a inflação acumulada. Em decorrência disso, empresas acabam precisando migrar para regimes fiscais mais complexos e onerosos.

O movimento "Atualiza Simples", que reúne empreendedores, entidades setoriais e especialistas tributários, defende a correção periódica dos tetos de faturamento com base em indicadores oficiais de inflação.

Audiências Públicas

Projeto de Lei 10.556/2018, que proíbe o uso da denominação 'leite' em produtos de origem vegetal



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

De autoria dos deputados Heitor Schuch (PSB/RS), Covatti Filho (PP/RS) e Kim Kataguirí (União/SP), a audiência pública debateu o Projeto de Lei nº 10.553/2018, que trata da proibição do uso da palavra “leite” em produtos de origem vegetal. A iniciativa tem como objetivo conferir maior clareza ao consumidor e resguardar a cadeia produtiva do leite. Durante o debate, foram abordados os impactos do crescimento do mercado de alimentos de base vegetal, bem como as implicações econômicas, concorrenciais, de rotulagem e regulatórias envolvidas no tema, além dos interesses dos consumidores diante das novas tendências de consumo.

Atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional (2/3)



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

De autoria do deputado Julio Lopes (PP/RJ) e da deputada Any Ortiz (Cidadania/RS), a audiência pública debateu a atualização da tabela do Simples Nacional, diante da defasagem dos limites de receita bruta anual, congelados desde 2018. Segundo os parlamentares, a ausência de correção pela inflação acumulada tem obrigado micro e pequenas empresas a migrarem para regimes tributários mais complexos e onerosos. No debate, também foi destacado o movimento “Atualiza Simples”, que reúne empreendedores, entidades setoriais e especialistas tributários e defende a correção periódica dos tetos de faturamento com base em indicadores oficiais de inflação, como forma de preservar a competitividade, a formalização e a sustentabilidade das microempresas e empresas de pequeno porte, responsáveis por parcela significativa dos empregos formais e da atividade econômica nacional.

Audiências Públicas

Atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional (3/3)

De continuidade à audiência pública realizada anteriormente, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços voltou a debater a atualização da tabela do Simples Nacional, aprofundando a discussão sobre os impactos da defasagem dos limites de enquadramento do regime. Nesta nova rodada de debates, os parlamentares ressaltaram o caráter estruturante do Simples para a formalização da economia e avançaram na análise de propostas concretas, como a ampliação dos tetos de faturamento e a adoção de mecanismos automáticos de correção com base na inflação. Também foram apresentados dados atualizados sobre a relevância das micro e pequenas empresas para o mercado de trabalho e para o Produto Interno Bruto, reforçando a necessidade de ajustes no regime tributário para evitar a exclusão de empreendimentos em crescimento e subsidiar a construção de futuras iniciativas legislativas sobre o tema.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Soluções para o trânsito no trecho do Morro dos Cavalos, na BR-101, em Palhoça (SC), e seus impactos econômicos



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

De autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro (MDB/SC), a audiência pública debateu soluções para o tráfego no trecho da BR-101 conhecido como Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC), considerado um dos principais gargalos logísticos da região Sul. Durante a discussão, foram analisadas alternativas para melhorar a mobilidade e a segurança viária, diante do elevado número de acidentes, congestionamentos e riscos de deslizamentos. O debate também abordou as indefinições relacionadas ao contrato de concessão da rodovia e seus impactos sobre a atratividade de investimentos, a segurança jurídica e a qualidade dos serviços, além dos reflexos econômicos sobre o escoamento da produção, o turismo e o setor de serviços, com a defesa de uma solução estruturante construída em diálogo entre poder público, concessionária e sociedade civil.



Seminário

O AJUSTE DOS LIMITES DE FATURAMENTO DO MEI E DO SIMPLES NACIONAL

A atualização econômica e o aperfeiçoamento normativo do regime tributário diferenciado



No âmbito de seminário realizado pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, presidido pelo deputado Beto Richa (PSDB/PR), participantes debateram a necessidade de atualização dos tetos de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) e do Simples Nacional, além da adoção de novas regras para aprimorar o regime e coibir distorções. Durante o encontro, foram apresentadas propostas que combinam a correção dos limites com medidas de controle, como a revisão dos critérios de enquadramento, a limitação de benefícios no tempo e mecanismos para evitar a fragmentação artificial de empresas. O debate também reforçou a urgência de avanços legislativos em projetos que tratam da ampliação e da correção automática dos tetos, com o objetivo de estimular o crescimento dos pequenos negócios, reduzir a burocracia e fortalecer o ambiente empreendedor, preservando a função original do regime.



Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Em agosto de 2025, em Reunião Deliberativa Extraordinária, a Comissão aprovou as Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 (PLN Nº 2, DE 2025-CN). Foram aprovadas 3 (três) Emendas de inclusão/acréscimo de Meta.

Emendas

Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação. Programa: 2801. Objetivo específico: 0427.

Inclusão: 15

Promover o uso da infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para o aumento da produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico sustentável. Programa: 2801. Objetivo específico: 0471.

Inclusão: 5

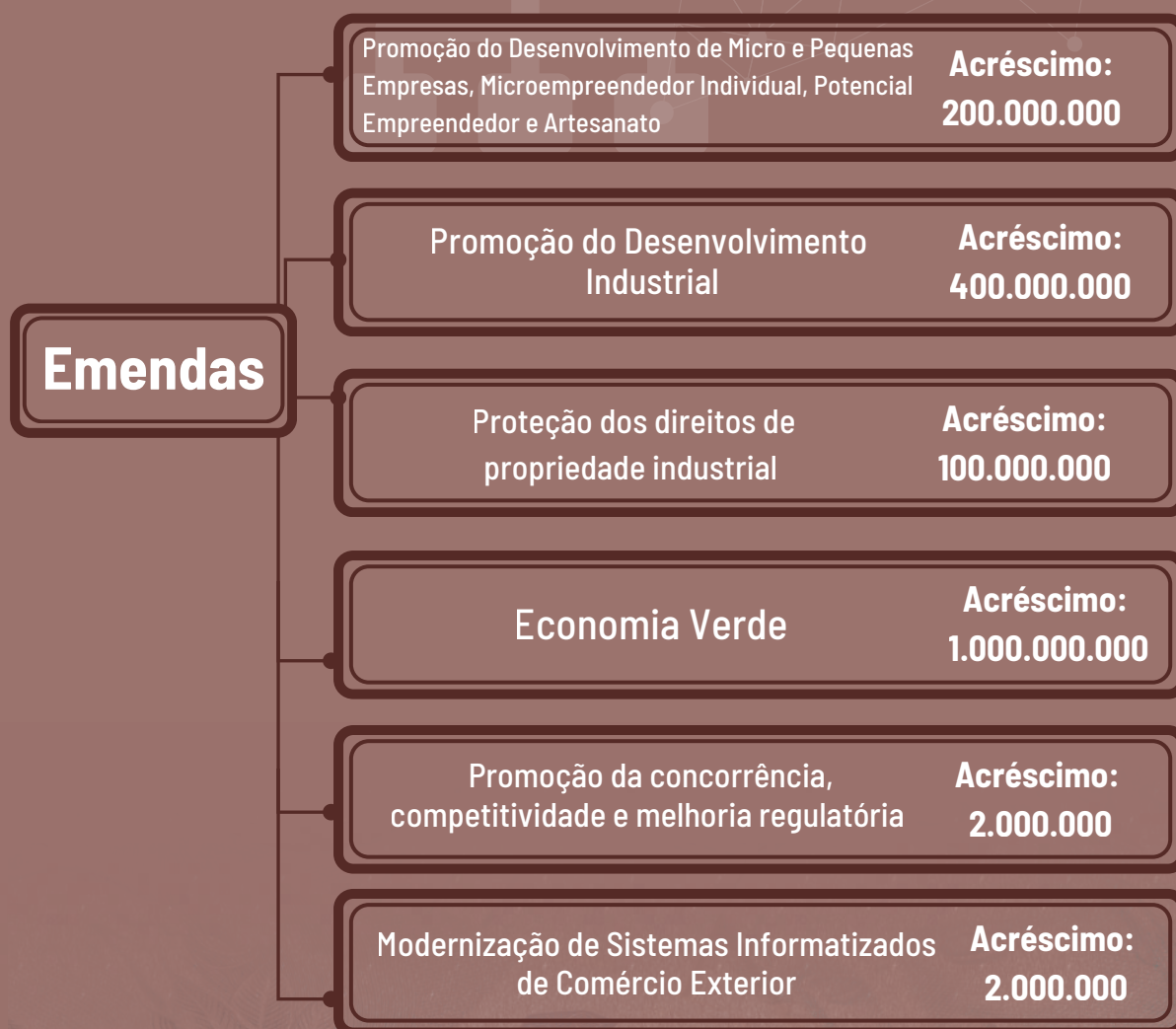
Requer inclusão de meta para fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa. Programa: 2802. Objetivo específico: 0550.

Inclusão: 100.000



Emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA)

Em novembro de 2025, em Reunião Deliberativa Extraordinária, a Comissão aprovou as Emendas à Lei Orçamentária Anual 2026 (PLN Nº 15/2025-CN). Foram aprovadas 6 Emendas de APROPRIAÇÃO DE DESPESA.





Subcomissões

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços conta com o apoio especializado de 2 (duas) Subcomissões Permanentes.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- Jorge Goetten (Republicanos/SC) - Presidente
- Augusto Coutinho (Republicanos/PE) - Relator
- Luiz Nishimori (PSD/PR)
- Mauricio Neves (PP/SP)
- Helder Salomão (PT/ES)
- Mauricio Marcon (PL/RS)

MEMBROS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA NOVA INDÚSTRIA BRASIL

- Ivoneide Caetano (PT/BA) - Presidente
- Heitor Schuch (PSB/RS) - Relator
- Lucas Ramos (PSB/PE)
- Júlio Lopes (PP/RJ)

MEMBROS





Comunicação

CICS: Conectando Indústria, Comércio e Serviços ao Cidadão



Por meio do site, a CICS garante transparência e participação social, promovendo o desenvolvimento da indústria, a modernização do comércio e a melhoria dos serviços. Audiências públicas e seminários abrem espaço para que sua voz seja ouvida, podendo inclusive mandar perguntas para os parlamentares responderem durante as audiências públicas, ou contatar a equipe diretamente por meio do e-mail. Isso reforça o papel da Comissão como um elo entre o Parlamento e a sociedade.



Aponte seu celular
para o QR Code e
acesse a nossa página.





Equipe

A Secretaria da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços desempenhou um papel essencial ao longo do ano, com uma atuação estratégica na distribuição de relatorias, organização de eventos, audiências, seminários e reuniões deliberativas. Essas atividades foram fundamentais para o desenvolvimento de um ambiente de diálogo constante entre os diferentes setores, a sociedade e o poder público, permitindo uma troca produtiva de ideias e a identificação das principais demandas dessas áreas.



Servidores:

Flávia Renata Silva – Secretária Executiva

Equipe:

Miller Borges

Luciana Mariz

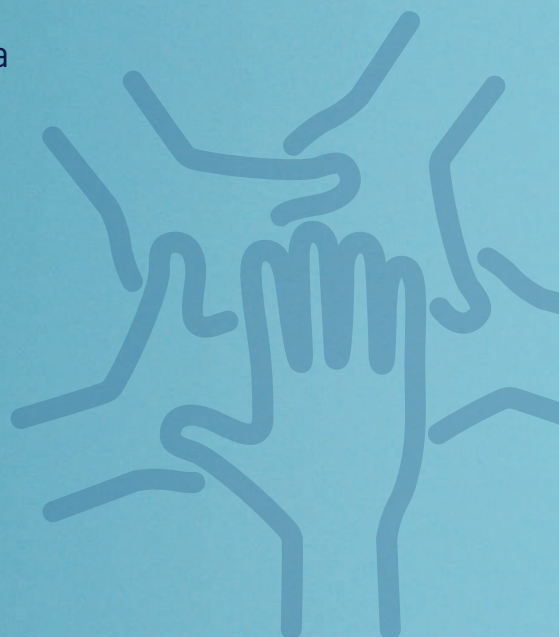
Gabriela Villela

André Faim

Maria Clara Britto

Raiane Fernandes

Cleber Santos





COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretária-executiva: Flávia Renata de Oliveira Silva
Local: Anexo II, Ala A, Térreo, Sala 31
Telefones: (61) 3216-6538 - (61) 3216-6535